

Paulo, Heloisa

A militância oposicionista portuguesa exilada na América Latina e a diplomacia de Salazar: A presença do regime no exílio

II Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX

5, 6 y 7 de noviembre de 2014

CITA SUGERIDA:

Paulo, H. (2014) A militância oposicionista portuguesa exilada na América Latina e a diplomacia de Salazar: A presença do regime no exílio [en línea]. II Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX, 5, 6 y 7 de noviembre de 2014, Montevideo, Uruguay. En Memoria Académica. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3967/ev.3967.pdf

Documento disponible para su consulta y descarga en **Memoria Académica**, repositorio institucional de la **Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE)** de la **Universidad Nacional de La Plata**. Gestionado por **Bibhuma**, biblioteca de la FaHCE.

Para más información consulte los sitios:

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar>

<http://www.bibhuma.fahce.unlp.edu.ar>



Esta obra está bajo licencia 2.5 de Creative Commons Argentina.
Atribución-No comercial-Sin obras derivadas 2.5



A militância oposicionista portuguesa exilada na América Latina e a diplomacia de Salazar: a presença do regime no exílio

Heloisa Paulo

CEIS20/Universidade de Coimbra

AUTORIZA PUBLICACIÓN

1. Vozes e tentáculos do regime: o papel das representações consulares nas comunidades emigradas

A função das Embaixadas e Consulados, como representantes oficiais de Estados Soberanos assume um carácter bem mais amplo e incisivo quando se trata das representações dos governos fascistas ou ditatoriais. O papel de defesa do regime que representam ganha contornos mais agressivos e a propaganda ganha foros de verdade incontornável. É preciso criar seguidores fiéis entre as comunidades emigradas e fortes simpatizantes nas sociedades de acolhimento.

Desta forma, a atuação de cônsules e embaixadores não se limita ao contexto da diplomacia formal, pois, para além da “promoção” do regime através do uso de todos os veículos de comunicação disponíveis, articula uma complexa rede de repressão na qual não faltam espões e censores. O principal alvo desta propaganda não é o público dos países onde estão situadas as representações diplomáticas, mas o emigrante comum, promovido a condição de representante do regime no exterior. É para ele que se voltam as atenções aquando das comemorações cívicas ou da realização de manifestações favoráveis aos regimes de origem. A sua incorporação nas atividades sociais da Embaixada, transforma-o numa espécie de "cidadão ausente" da Pátria. Ele passa a ser apresentado como um real "representante" do regime no estrangeiro, o que contribui para o reforço da sua própria identidade de origem e assegura-lhe, desta forma, a manutenção de valores próprios face à sociedade envolvente¹.

¹ Ver, entre outros, Gentile, Emilio. *La Grande Italia. Il mito della nazione nel XX secolo*. Roma-Bari: Laterza. 2009.

Por outro lado, o esquema de vigilância e controlo da oposição exilada conta com inúmeros parceiros, não só entre os emigrantes “convocados” para as funções de “espias”, mas entre simpatizantes ideológicos nos países onde estão localizadas as embaixadas e consulados. O recurso às autoridades locais, os pedidos formais dos representantes diplomáticos aos órgãos oficiais da repressão local, no caso de Estados igualmente autoritários/fascistas, são recursos frequentemente empregues para deter o alcance de qualquer tipo de acção denegridora dos regimes por estes representados. Mesmo distantes do seu lugar de origem, os exilados são vigiados pelos representantes daqueles que foram responsáveis pela sua saída e exílio.

No caso de Portugal, o *modus operandi* é semelhante ao da Itália Fascista². A propaganda destinada ao emigrante é intensa e concertada nos maiores núcleos da colónia portuguesa no exterior. No Brasil, por exemplo, o Embaixador no Rio de Janeiro realiza incursões constantes por todo o país, onde participa de reuniões e serve de intermediário entre a colónia portuguesa naquele país e o governo de Lisboa³. Figuras como os Embaixadores Martinho Nobre de Mello e Pedro Teotónio Pereira conseguem congregar a simpatia da colónia, ou pelo menos da parte mais afeta ao regime, abrindo as portas da Embaixada às manifestações populares⁴. Para além disto, temos a propaganda mais formal, tipificada no investimento dos consulados, como o Consulado de Portugal em Pernambuco que, na década de trinta, publica material diverso de propaganda⁵, ou no material enviado pelo SPN e, posteriormente, pelo SNI. O contacto com os jornais locais e o jogo de influências dos embaixadores também contribuem para a manutenção da “boa imagem” do regime, sem contudo “denunciar” a ação formal dos representantes diplomáticos neste sentido.

² Sobre a Itália e a propaganda fascista no exterior, ver, entre outros, a clássica obra de Diggins, *L’America, Mussolini e il fascismo*. Roma: Laterza, 1982. Sobre Portugal ver, entre outros, Paulo, Heloisa. *Aqui também é Portugal*. Coimbra: Minerva, 2000.

³ Ver, entre outros, o telegrama de Luís Norton de Matos, datado de 17 de Setembro de 1947, onde afirma “visito neste momento núcleos portugueses Rio e todas as instituições portuguesas. Compareci suas sessões e manifestações interesse actividade diferentes centros. Em todas estas organizações tenho encontrado espírito adesão e puro patriotismo revelados mil actos vida associativa”. M.N.E., 2.º piso, Armário 50, Maço 62.

⁴ Martinho Nobre de Mello (1891.1985), Ministro da Justiça e dos Cultos do governo de Sidónio Pais, é um elemento fortemente marcado pelos ideais integralistas. Nomeado Embaixador no Rio de Janeiro, em 1932, permanece no cargo até 1945. Mais significativo em termos de “homem do regime” é a figura do Embaixador Pedro Teotónio Pereira (1902-1972). Vai para o Brasil, após o término da Segunda Guerra, vai para o Brasil..

⁵ Inclusive um Bilhete Postal, em 1938, onde se faz a propaganda das províncias portuguesas.

Os relatórios consulares e a ação dos representantes diplomáticos espelham a busca do controlo da comunidade emigrante no exterior, nem sempre com resultados positivos, mas cuidadosamente tratada nos mínimos aspetos. A rede de informação e "policiamento" engloba as mais diversas representações consulares, cuja "sede" é representada pela Embaixada oficial no país. A documentação expedida para o Ministério dos Negócios Estrangeiros cobre as mais diferentes manifestações da colónia, abrangendo desde as comemorações em torno do culto a Nossa Senhora de Fátima, entre os portugueses radicados em São Paulo⁶, Brasil, até ao financiamento de um jornal favorável ao regime na Nova Inglaterra, dirigido por um emigrante madeirense em *New Bedford*, nos Estados Unidos⁷. Por vezes, a incidência das informações reflete o nível de controlo exercido pelo pessoal consular em serviço, como o cuidado extremado e radical do Cônsul português no Recife, Brasil, ao pedir sanções contra a má localização dos retratos de Salazar e Carmona na Sala do Gabinete Português de Leitura⁸, ou ainda, necessidades mais específicas para as quais, por vezes, são reclamadas soluções utópicas, como a extensão das representações consulares em parte da área da bacia amazónica, requisitada pelo Cônsul português em Manaus, naquele mesmo país⁹.

Os casos mais flagrantes de intervenção do corpo diplomático nos assuntos internos da colónia portuguesa no estrangeiro são, no entanto, aqueles que tratam da defesa e perpetuação dos ideais do regime entre os emigrantes, como o caso do citado jornal em território norte-americano. Ofícios confidenciais, inquéritos do mesmo tipo, para além do Serviço de Imprensa das Embaixadas, oferecem uma visão das atividades portuguesas no estrangeiro, alertando contra possíveis manifestações contrárias ao regime e "gratificando" as atuações que lhe são favoráveis, em forma de comendas, para os homens influentes das

⁶Ver Ofício n.º 386, do Consulado de São Paulo, de 8 de Junho de 1943, anexo 2, com recortes da imprensa brasileira e da colónia sobre as comemorações do 26.º aniversário da aparição de Nossa Senhora de Fátima, realizadas na Igreja do Sumaré, um bairro da cidade de São Paulo. M.N.E., 2.º piso, Armário 50, Maço 68.

⁷Ver Ofício n.º 20, confidencial, de 10 de Junho de 1936, da Legação de Portugal em Washington, D.C., referente as ajudas ao jornal "A Pátria", de Carlos Supico. M.N.E., 3.º piso, Armário 1, Maço 741.

⁸Ver Ofícios do Consulado de Pernambuco, datados de 30 de Dezembro de 1935 e 14 de Janeiro de 1936, e telegrama de 27 de Dezembro de 1935, referentes à colocação dos retratos do Presidente da República e do Presidente do Conselho no salão nobre de festas do Gabinete Português de Leitura em "plano inferior ao de um capitalista local". M.N.E., 3.º piso, Armário 11, Maço 375.

⁹Ver : Relatório sobre as Circunscrições Vice-Consulares, Janeiro e Março de 1932, Consulado de Manaus, M.N.E., R.C. 780. O documento requer a abertura de 18 agências consulares na zona circundante aos rios Amazonas, Rio Negro, Madeira, Purus, Juruá e Solimões, onde a presença portuguesa, ainda que real, é já para este período declinante.

colônias, ou ainda, de viagens gratuitas a Portugal para aqueles que apregoassem os ideais do Salazarismo¹⁰. Neste campo, a “troca de favores” é constantemente denunciada pelos opositores e por elementos da sociedade envolvente que perfilam ao lado dos exilados e do seu combate contra Salazar. No Brasil, os jornalistas brasileiros denunciam este tipo de “compra de apoios” por parte das autoridades diplomáticas. Osório Borba, um firme apoiante dos antissalazaristas denuncia este tipo de “manobra”:

“A odiosa forma ditatorial de denegrir os adversários e tentar semear entre eles a desconfiança e a insana, descambou para o cómico ao dizer o chefe de Polícia que os da Resistência não deviam acreditar nesses jornalistas brasileiros, que vinham combatendo o salazarismo, pois quase todos eles já emudeceram a golpes de caixas de vinhos portugueses. [...] Quanto a mim, as minhas caixas se extraviaram. [...] Mas se a polícia portuguesa deseja que eu seja mais assíduo no comentário das coisas portuguesas, seja mais assídua nas perseguições a homens, livros e jornais. E sobretudo mandem vinhos. Prometo escrever contra o salazarismo, um artigo por garrafa. E não se esqueçam: tinto maduro”¹¹.

De fato, o acompanhamento minucioso das atividades dos chamados "insubmissos da Colônia"¹², opositores ao regime, faz parte do dia-a-dia das representações diplomáticas. É preciso evitar que a sua influência assuma grandes proporções entre a colônia, nomeadamente entre associações. No Brasil, os cargos de comando destas instituições eram controlados pelos representantes do regime de Lisboa, assegurando que fossem ocupados por personalidades de “absoluta confiança”¹³.

¹⁰ Ver : Ofício do SNI, de 4 de Novembro de 1955, dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, aprovando o financiamento da vinda a Portugal de Austregésimo de Athayde, jornalista e escritor dos "Diários Associados", do Brasil. M.N.E., 2.º piso, Armário 2, Maço 528-A

¹¹ Borba, Osório."Tinto Maduro" in: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1953, p. 6. Osório Borba é deputado do Partido Socialista Brasileiro, tendo sido candidato às eleições como governador do Estado de Pernambuco.

¹² Ver, o Ofício n.º 216, Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1940., onde Martinho Nobre de Melo afirma : "Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o incluso memorial informativo do nosso Consul em São Paulo, a respeito dos insubmissos da Colônia naquele Estado.(sublinhado no original). M.N.E., 3.º piso, Armário 9, Maço 117.

¹³ Telegrama cifrado expedido pelo Consulado de São Paulo para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a 27 de Fevereiro de 1961 e decifrado a 28 do mesmo mês. M.N.E., P.E.A. 426.

Por fim, resta a censura. Censura dos periódicos, para que estes não chegassem a circular em Portugal, e censura das manifestações públicas, cerceando opiniões contrárias ao regime. Este recurso à "censura branca" complementa o cerco de vigilância das representações consulares no que respeita a colónia e as suas associações¹⁴. No Ofício do Consulado de Portugal em São Paulo, Brasil, datado de 10 de Abril de 1939, por exemplo, o Cônsul Júlio Augusto Borges dos Santos afirma que, na sessão solene comemorativa do aniversário do Centro Republicano Português, foi exercida a "censura branca" aos discursos, a fim de "assegurar as vantagens, até, agora, obtidas, na união da colónia"¹⁵. Controlada a colónia, resta reprimir os opositores.

2. A busca de apoio: os caminhos cruzados da repressão aos exilados

O campo de atuação das representações consulares pode ou não ser limitado, tendo em conta a diretriz política adotada pelos países onde estão situadas. Na América Latina, em momentos diferenciados, a presença de regimes ditatoriais, simpatizantes dos Estados fascistas europeus, vai favorecer a ampliação do raio de alcance da acção propagandística e repressora dos Embaixadores e cônsules fascistas. Portugal vai lucrar com os apoios recebidos, mas também verá frustrados muitos dos seus apelos no sentido de controlar a propaganda oposicionista exilada. No Brasil, a ditadura varguista é um dos grandes pontos de apoio do salazarismo no continente americano. O controlo da entrada de estrangeiros pela Delegacia de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros veiculada a Delegacia de Ordem Política e Social facilita o trabalho de vigilância dos exilados e emigrados políticos. Controlando a emissão de vistos e dos documentos de permanência, a carteira Modelo 19, que permite a fixação em áreas urbanas, e o Modelo 20, destinado aos imigrantes para zonas rurais, esta Delegacia, para além da manutenção de ligação permanente com a Interpol, através do seu Serviço Secreto atua em contacto com as representações consulares estrangeiras, reprimindo a ação dos “insubmissos” das diversas

¹⁴ Expressão usada na documentação oficial para designar a recomendação de cortes, por partes das autoridades consulares, nos documentos das associações.

¹⁵ Ofício do Consulado Geral de Portugal em S. Paulo, n.º 231, datado de São Paulo, 10 de Abril de 1939. M.N.E., 3.º piso, Armário 11, Maço 441.

colônias de emigração¹⁶. Assim sendo, sempre que necessários, os representantes consulares podem recorrer ao uso de expedientes diplomáticos formais, como os pedidos de intervenção dos governos dos países recetores dos emigrantes, para o controlo dos elementos opositores ao regime.

O esquema de vigilância dos exilados envolve a infiltração nas suas associações e eventos, de agentes policiais à paisana, responsáveis pelo relato pormenorizado das atividades, sejam comícios públicos, ou ainda, reuniões mais fechadas, como ocorre no Grémio Republicano de São Paulo que, em diversas ocasiões, tem as suas assembleias referidas em ofícios dos agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, sobretudo no início da década de sessenta. As descrições desses atos descem ao detalhe e realçam o nome dos oradores, o número de presentes e o conteúdo dos discursos. Neste último caso, o texto do informante ganha uma peculiaridade bastante interessante, já que a reprodução que busca ser literal, em alguns casos, acaba por confundir o discurso do relator com o do relato. Expressões como “fascismo em Portugal”, ou ainda, “o ditador Salazar” estão presentes sem motivar nenhuma espécie de “censura” por parte do “infiltrado”¹⁷.

Mas, muito mais do que prestar um serviço às Embaixadas, a grande questão que parece estar subjacente a todos os informes é o perigo da ingerência dos exilados nos assuntos brasileiros. É o que vemos em ofícios nos quais os exilados são apresentados como um perigo potencial, já que “vivem das convulsões sociais” e “transformam nosso Território ‘em arena’ das suas disputas políticas que, em absoluto nos dizem respeito”. Sendo assim, o signatário solicita do superior que transmita instruções oficiais para que os citados “ sejam reconduzidos à sua condição de simples asilados e, advertidos quando necessário, de que o procedimento dos mesmos em transgredir as normas do instituto de asilo, por motivos políticos, poder-lhes acarretar a cassação dos benefícios que lhes foram outorgados”¹⁸.

¹⁶ Em 1957, só para o Estado de São Paulo são expedidas mais de 520 mil carteiras modelo 19 e mais de 400 mil certidões modelo 20, além da abertura de 302 processos contra estrangeiros. Ver, Correa, Larissa Rosa. “O Departamento Estadual de Ordem Política e Social em São Paulo: as atividades da Política e a intrincada organização do seu acervo”, in: *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.º 33, 2008.

¹⁷ Ver, entre outros, Relatório da Manifestação de Apoio aos Portugueses, realizada em São Paulo, Brasil, 12 de Maio de 1962. Arquivo do DEOPS, 50E/29/49.

¹⁸ Ofício enviado por Italo Ferrigno, delegado Titular de Ordem Política do DEOPS, ao Delegado Especial de Ordem Política, datado de São Paulo, 12 de Fevereiro de 1962, Arquivo do DEOPS.50E/29/43.

Um outro exemplo deste “cuidado” com a possibilidade de “contaminação” ideológica dos exilados na sociedade nos é dado pela censura aos jornais da colônia antissalazarista em território brasileiro. Nos anos seguintes ao Golpe Militar no Brasil, os “agentes da ordem” investem contra a relação entre exilados e personalidades brasileiras, numa verdadeira “caça” ao “contágio comunista”. Em Julho de 1967, o jornal *Semana Portuguesa* é fortemente censurado ao publicar a entrevista do deputado paulista Gastone Rigni Cuogni. Apesar de nunca atacar diretamente nenhum dos governos, as críticas habitualmente contidas no periódico ao regime de Salazar levantam as “suspeitas” do Departamento Estadual de Ordem Político de São Paulo. Um extenso relatório é produzido alertando para a necessidade de censurar o jornal, atribuindo-lhe a classificação de “comunista” e, por consequência, ao deputado entrevistado a alcunha de “criptocomunista”¹⁹.

Na verdade, segundo depoimento de Alexandre Pereira, um dos responsáveis por um outro jornal, *Portugal Democrático*, também um órgão da oposição antissalazarista no Brasil, a polícia brasileira mantinha uma certa “distância” dos exilados, desde que estes não interferissem na política local²⁰. Era uma espécie de barganha, feita no intuito de manter a propaganda dos dissidentes antissalazaristas restrita ao círculo do exílio.

No entanto, nem sempre é possível obter o apoio das autoridades locais no combate contra os antissalazaristas. No Chile, em 18 de Fevereiro de 1961, o Embaixador de Portugal informa o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, da impossibilidade de obtenção de ajuda do governo chileno de conter as críticas ao regime salazarista publicadas no periódico “La Nación”. Ouvido pelo representante português, o Subsecretário das Relações Exteriores daquele país afirma a impossibilidade de levar a cabo qualquer tipo de censura ao referido jornal. Numa espécie de atestado da “má vontade” do governo chileno, o Embaixador acrescenta em nota que, apesar de negar a intervenção aos salazaristas, as autoridades intervêm no periódico para defender o então deputado Salvador Allende, insultado num editorial do mesmo jornal.²¹

¹⁹ Ver Processo datado de 17 de Julho de 1969, 50-Z-9, Arquivo do DEOPS de São Paulo. Brasil.

²⁰ Depoimento de Alexandre Pereira, director do referido jornal dado a autora em 3 de Julho de 2004.

²¹ Ofício datado Santiago, de 18 de Fevereiro de 1961, Embaixada de Portugal. MNE, PEA. 2.º Piso. M.23. Processo.331,1.

Para além da “colaboração” das autoridades policiais locais, as representações diplomáticas contam ainda com os chamados “bufos”, que também exercem as suas funções deladoras no exílio²². Na verdade, existe uma grande polémica a respeito da existência ou não de agentes pagos pela PIDE, mas a própria documentação oriunda do Ministério dos Negócios Estrangeiros reafirma a existência dos “enviados especiais” do aparelho de repressão do regime de Salazar. A grande quantidade de relatórios enviados pelos agentes aos consulados, relatando reuniões, informando acerca das moradas e do dia-a-dia de exilados revela o grau de controlo mantido pelas autoridades consulares portuguesas. Apesar de usarem sempre nomes falsos para assinarem estes relatórios, os tais “agentes” são passíveis de identificação, uma vez cruzadas as informações dadas com o relato de alguns dos “delatados” nos seus ofícios. É o caso de Duarte de Vilhena Coutinho Feio Ferréri de Gusmão, ou simplesmente Duarte Gusmão, que chega ao Brasil em 2 de Julho de 1960, depois de haver solicitado asilo na Embaixada Brasileira em Lisboa. Gusmão, como é mais conhecido pelos outros exilados, mora num Hotel e tem sempre dinheiro disponível para as empreitadas oposicionistas, o que desperta a atenção de alguns dos opositores exilados. Nos seus relatórios, assinados com a alcunha de “Pedro da Silveira”, oferece diversas informações acerca de reuniões e contactos realizados pelos diversos grupos exilados, nomeadamente do antigo candidato da oposição nas eleições de 1958, o General Humberto Delgado e do dissidente do regime, Capitão Henrique Galvão²³.

Este tipo de constante vigilância torna-se mais acentuado à medida que a oposição exilada ganha uma posição de prestígio na esfera internacional. As repercussões do sequestro do paquete Santa Maria pelo grupo de Henrique Galvão e dos espanhóis do DRIL, Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação, em Janeiro de 1961, tornam-se um permanente fantasma para as autoridades salazaristas no exterior²⁴. Os serviços das Embaixadas mantêm uma secção de informações sobre as publicações que versam sobre Portugal e sobre as referências ao episódio do Santa Maria. Desta forma, a representação

²² Bufo é o termo empregue para designar o designar aquele que pratica uma delação no Portugal salazarista.

²³ O antigo apoiante de Henrique Galvão suspeitou sempre de “Gusmão”, mas só deve a certeza do seu envolvimento ao verificar a documentação existente no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Os relatos de reuniões por “Pedro da Silveira”, na qual só estiveram presentes “Gusmão”, Camilo, Humberto Delgado e Henrique Galvão, confirmaram as suspeitas de Mortágua. Depoimento de Camilo Mortágua. Alvito, Agosto de 2009.

portuguesa em Caracas, em Ofício datado de 5 de Setembro de 1962, alerta as autoridades de Lisboa da “ameaça” representada por uma publicação mexicana sobre o “El buque rebelde”, já que “sem apego nenhum à verdade”, transforma o “assalto ao Santa Maria numa história para crianças”²⁵.

3. Bons e maus portugueses: a lógica do regime e a ótica internacional.

Os regimes ditatoriais recorrem à propaganda e à repressão como forma de perpetuação no poder. A extensão do seu raio de ação é proporcional a necessidade de apoios para a sua continuidade, tanto em termos do cenário político internacional, como entre as comunidades emigradas que lhe poderão servir de suporte no exterior. A imagem do emigrante como representante “oficial” do regime passa a integrar o discurso nacionalista como parte fundamental da atuação propagandística destes Estados. O “apelo” feito pelo regime de Salazar, “Tudo pela nação, nada contra a Nação”, vai delimitar os contornos daqueles que podem ser chamados de “cidadãos”, entre os quais o emigrante, desde que aceite e reproduza o discurso oficial.²⁶

Seguindo uma antiga regra da diplomacia, a designação de “homens de confiança” para o desempenho nas representações diplomáticas torna-se parte deste “plano” de controlo e repressão. Tomando o caso de Portugal como exemplo, se considerarmos o peso de Pedro Teotónio Pereira no regime, podemos ter uma imagem da importância do papel do diplomata neste jogo de propaganda e coerção. Um dos teóricos do corporativismo, Teotónio Pereira foi Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, entre 1933 e 1936, deputado pela União Nacional entre 1934 e 1938, e Ministro do Comércio e Indústria, de 1936 a 1937. Como diplomata, esteve em lugares estratégicos para a continuidade dos apoios internacionais necessários ao regime de Salazar. Esteve em Espanha, como representante consular português junto às tropas de Franco durante a Guerra Civil; no Brasil, no após-guerra, quando a oposição exilada recebe apoios de diversos segmentos políticos da

²⁴ Sobre o tema, ver, entre outros, Paulo, Heloisa. “1961: o Assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal”, in: *História Revista*, V. 16, Janeiro/Junho 2011.

²⁵ Ofício datado de Caracas, 5 de Setembro de 1962, Arquivo do MNE, PEA 553.

²⁶ Sobre o tema ver Paulo, Heloisa. *Aqui também é Portugal*. Coimbra: Minerva, 2000.

sociedade brasileira; em Washington, no auge da “Guerra Fria”, e em Londres, quando é colocada em “perigo” o domínio português nas suas colónias indianas²⁷.

Paralelamente, a desqualificação do discurso oposicionista passa pela desnacionalização dos seus emissores. A perda da cidadania está implícita no exílio, já que o exilado não possui o reconhecimento formal da sua condição de cidadão pertencente a um Estado constituído²⁸. Desta forma, aqueles que atacam o regime não pertencem mais ao quadro da “Nação”, são antinacionais. No caso de Portugal, os opositores exilados são considerados “uma ameaça”, já que deixaram de ser portugueses, no momento em que romperam com o regime. Consequentemente não possuem o direito de manter documentos indispensáveis ao reconhecimento da cidadania, já que muitos possuem apenas o passaporte Nassen, estão contra Portugal e a serviço do “estrangeiro”²⁹. Nesta dicotomia está assente a designação genérica de “comunistas” dos opositores, pois o comunismo na sua conceção universalista é o oposto do Estado-Nação.

Desta forma, temos uma bipolaridade característica da atuação da diplomacia dos estados fascistas e/ou autoritários no exterior: a promoção do emigrante e a “generosidade” para com os apoiantes do regime, contrasta com a agressividade e o permanente ataque aos seus opositores exilados. Paralelamente, em contraste com o confortável apoio de que goza nos regimes autoritários ou fascistas, o corpo diplomático mantém um “estado de alerta” em países que não perfilham de todo a ideologia do regime que representam.

O ataque dos exilados aos representantes consulares e embaixadores é a resposta ao cerco estabelecido e ao avanço da propaganda oficial que desqualifica a campanha oposicionista no exterior. Impedidos até mesmo de entrar nas representações diplomáticas, já que correm um risco teórico de prisão e nada podem obter das autoridades consulares, eles atacam a imagem e a ação da diplomacia na sociedade recetora. No caso português, assim como os jornalistas brasileiros, simpatizantes da oposição no exílio, denunciam o

²⁷ Ver, entre outros, Cruz, Manuel Braga da. “Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras”, in: Ribeiro, J, Silva, F. e Osswald, H. *Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto: Faculdade do Porto, p. 429-440

²⁸ Sobre o tema ver, entre outros, Groppo, Bruno. “Exilés et refugies”: l’évolution de la notion de réfugié au XX^e siècle”, in: *Historia Actual On Line*, n.º2 (Otono, 2003), p. 69-79, Paulo, H. “Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política”, in: Gomes, Ângela Castro e Mourão, Alda (org.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

²⁹ Sobre o tema ver, COUDRY, G. “Notes sur le passaport Nansen”, In: *Matières pour l’histoire de notre temps. Exilés et refugies politiques dans la France au XX^e siècle*. v.44. Nanterre, 1996.

salazarismo, os oposicionistas fornecem versões específicas das “carreiras” diplomáticas dos representantes de Salazar. Mais uma vez, a figura de Pedro Teotónio Pereira serve para ilustrar este tipo de atuação, já que ele é o principal alvo de uma campanha oposicionista aquando da sua chegada ao Brasil. Numa campanha levada a cabo junto aos jornais apoiantes do movimento antissalazarista, o retrato do Embaixador traduz, em curtas palavras, a ação diplomática do regime, tomando como exemplo a sua passagem pela Espanha franquista:

“Como bom diplomata fascista, o agente salazarista fez entrega à polícia política de Franco de centenas de refugiados espanhóis, que procuraram asilo em Portugal sob o pretexto de serem comunistas ou democratas perigosos à paz interna, para serem fuzilados além fronteira”³⁰

³⁰ “Quem é o novo embaixador de Salazar, considerado o Rodolf Hess português”, in: *Diretrizes*. Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1945, p. 2.